



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 3.696, DE 2023** **(Do Senado Federal)**

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras – a política de cotas de tela na TV paga –, e da´ outras providências.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
CULTURA;
COMUNICAÇÃO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Comunica constatação de inexatidão material no autógrafo do PL 3696/2023 (Of 1069/2023-SF).

(*) Atualizado em 18/10/23, para inclusão do Of. 1069/23-SF, de retificação do texto.

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras – a política de cotas de tela na TV paga –, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 56 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. Até 31 de dezembro de 2043, as empresas de distribuição de vídeo doméstico deverão ter um percentual anual, fixado em regulamento, de obras brasileiras cinematográficas e videofonográficas entre seus títulos, ficando obrigadas a lançá-las comercialmente.

Parágrafo único. Para elaborar o regulamento referido no **caput** deste artigo, o Poder Executivo deverá ouvir as entidades de caráter nacional representativas das atividades de produção, distribuição e comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas.” (NR)

Art. 2º O art. 41 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. Os arts. 16 e 23 vigorarão até 31 de dezembro de 2038.” (NR)

Art. 3º Cabe à Agência Nacional do Cinema (Ancine) determinar a suspensão e a cessação do uso não autorizado de obras brasileiras ou estrangeiras protegidas.

§ 1º Para os fins do disposto no **caput**, consideram-se obras protegidas todas as obras definidas no art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e os conteúdos e eventos a que se refere a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

§ 2º São medidas de suspensão e cessação do uso não autorizado de obras protegidas as que impeçam sua emissão, difusão, transmissão, retransmissão, reprodução,



acesso, distribuição, armazenamento, hospedagem, exibição e disponibilidade e quaisquer outros meios que impliquem violação de direitos autorais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2023.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal





Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 17/Out/2023 15:22:00 - MESA
Ponto: 4553 Ass.: *marizete* Orien: 19

Apresentação: 17/10/2023 15:22:00.000 - MESA

DOC n.1189/2023

Ofício nº 1.069 (SF)

Brasília, em 17 de outubro de 2023

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunicação de inexatidão material em autógrafo de Projeto de Lei.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi constatada inexatidão material no autógrafo do Projeto de Lei nº 3.696, de 2023, que “Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras – a política de cotas de tela na TV paga –, e dá outras providências”, encaminhado a essa Casa por meio do Ofício nº 843 (SF), de 14 de setembro de 2023.

Diante disso, conforme cópia do Ofício nº 020/2023-CCDD e do Ofício nº 00153/2023- GSHCST enviados em anexo, solicito a Vossa Excelência a seguinte retificação:

Onde se lê:

“Art. 2º O art. 41 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:


‘Art. 41. Os arts. 16 e 23 vigorarão até 31 de dezembro de 2038.’ (NR)”

Leia-se:

“Art. 2º O art. 41 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 41. Os arts. 16 a 23 vigorarão até 31 de dezembro de 2038.’ (NR)”

Atenciosamente,


Senador Rogério Carvalho
Primeiro-Secretário do Senado Federal



* CD 23 06 55 41 31 0 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001 Art. 1º, 56	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001-09-06;2228-1
LEI Nº 12.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011 Art. 16, 23, 41	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011-0912;12485

FIM DO DOCUMENTO